

9 meses de “Pandemia”. E em Moçambique?*

“Nunca sabemos o que verdadeiramente nos move. Gostava de acabar os dias reconciliado com o mundo, e sobretudo saber que mundo foi este em que vivi e o que é a vida.”

Eduardo Lourenço¹

Este 2020 marca as nossas vidas, pois todas e todos fomos testemunhas ou sofremos o que a Organização Mundial da Saúde denominou como Pandemia, quando chegou à conclusão que todas as pessoas no mundo corriam o risco de ser contagiadas com o novo coronavírus, o SARS-CoV-2.

Uma pandemia, por definição, é global na sua transmissão, mas afeta mais rapidamente as zonas geográficas que estão mais interligadas, onde as pessoas viajam mais, seja por trabalho ou por ócio. As viagens, símbolo da integração na economia mundial e na globalização, potenciaram a rápida expansão do vírus, com as consequências e sequelas que conhecemos.

No momento em que escrevo, só passaram 9 meses desde que a OMS declarou a pandemia de Covid-19. Mas, as diferentes repercussões e respostas dadas pelos países e até dentro dos próprios países, parecem demonstrar que o sistema económico capitalista e a sua ofensiva neoliberal nos conduzem a um abismo humano e ecológico. E também ao agravamento do *conflito capital-vida* (vida humana e vida ambiental), com impactos inimagináveis para a nossa própria existência, presente e futura.

Nestes últimos meses, o incendiar do discurso populista, nacionalista e autoritário, através da repetição de *slogans* baseados em *fake news*, desinformação e *factos alternativos*, por parte de diversos responsáveis políticos, faz-nos pensar no quão empenhados estão em aproveitar a oportunidade que lhes dá esta pandemia. A coincidência *ipsis verbis* de alguns dos seus discursos não será mera coincidência. Quanto pior, melhor... para as elites que eles representam.

No contexto de onde escrevo, a pandemia de Covid-19 não está a ter apenas consequências – diretas e indiretas – na nossa saúde ou na dos nossos familiares, amigos, vizinhos, colegas de trabalho e de escola. Esta pandemia evidencia e é o reflexo de uma crise que vai para além da saúde. É, nas palavras de Javier Padilla e Pedro Gullón, também uma crise económica e ecológica, atravessada por um sistema económico gerador de desigualdades.² Embora sejamos todos vulneráveis às epidemias, ou ainda mais numa pandemia, não todos o somos da mesma forma. Dizem estes dois médicos e investigadores que as epidemias discriminam por classes sociais, a diferentes níveis:

- i. Não todos temos as mesmas probabilidades de ser contagiados e desenvolver a doença. A incidência é maior nos bairros mais pobres, o que está relacionado com a forma como nos contagiamos (trabalho, deslocações, condições de alojamento...);
- ii. As pessoas das classes mais desfavorecidas são mais vulneráveis às consequências médicas da doença, já que as condições de saúde (doenças crónicas, por exemplo) seguem um mesmo padrão. Isto pode-se aprofundar melhor através dos conceitos de *iniquidades na saúde* e de *determinantes sociais da saúde*;
- iii. As pessoas das classes mais desfavorecidas são também mais vulneráveis às consequências sociais e económicas da pandemia.³ Numa situação de recessão

¹ Em entrevista ao suplemento Ípsilon do jornal Público, 31 de Julho de 2017, <https://bit.ly/2lkpA34> (consultado em 05/12/2020).

² Padilla, Javier Padilla & Gullón, Pedro, in Vídeo Inaugural XXª Jornada sobre Desigualdades Sociais e Saúde - Cádiz, 3-17 de novembro de 2020. <https://youtu.be/32SQk-1RXVw> (visualizado em 03/12/2020).

³ Idem.

económica, principalmente se as medidas tomadas forem no sentido de uma maior *austeridade*, serão sempre as classes mais baixas a sofrer as piores consequências.⁴

Outra evidência desta pandemia é a precariedade do nosso sistema de cuidados, totalmente patriarcal, no qual as mulheres – sempre elas – são forçadas a assumir uma maior carga de trabalho, para cuidar dos familiares doentes, para alimentar, para ajudar os seus filhos/as com as tarefas da escola, e um longo etcetera. Em casas, muitas vezes asfixiantes, onde predomina e se agrava a violência machista, como se comprova pela subida de casos registados de agressões e mortes violentas em muitos países.

Esta pandemia mostra, finalmente, uma tendência de há muitos anos, agravada pela crise económica estrutural, que é o desaparecimento paulatino das amarras legais entre as empresas e os trabalhadores e trabalhadoras. Não, nem tudo se resolve com mandar as pessoas para casa teletrabalhar e vangloriar-se do *salto* para a *sociedade digital* ou *economia digital*. Não, a maioria das pessoas, simplesmente não o pode fazer. E as poucas que o podemos fazer, não temos todas as mesmas condições (meios informáticos apropriados, ligação de alta velocidade, espaço adequado, entre outras).

O *teletrabalho*, palavra tantas vezes repetida em 2020, é, portanto, uma realidade – privilegiada – de uma pequeníssima minoria, um arbusto no meio de um bosque em chamas. A grande maioria não pode teletrabalhar em casa, a sua presença no local de trabalho é imprescindível. Como o pessoal de saúde. Como o pessoal que cuida dos nossos idosos. Como o pessoal que limpa as nossas ruas. Como o pessoal que cultiva, produz, vende ou distribui os nossos alimentos, entre tantos outros, outras. E, quando não o é – imprescindível – normalmente é por uma razão: o desemprego. Muitas famílias estão a sobreviver graças a prestações sociais, à caridade de algumas instituições do terceiro sector, ou às ajudas familiares. E mais necessitarão nos próximos tempos.

E em Moçambique, qual foi a palavra mais vezes repetida em 2020?

Confesso que não sei, uma coisa é o que a realidade digital mostra, outra é o que a realidade do dia-a-dia, num país empobrecido como Moçambique, onde a esmagadora maioria da população não tem acesso à internet⁵, nos mostra. Também aí, a pandemia é mais do que uma palavra, é uma nova crise no meio de tantas outras.

Talvez os números não o demonstrem, mas a realidade e a vida não se resumem a números. Esses dizem-nos que as pessoas infetadas não atingem, neste momento, as 16 mil. E que as mortes são uma centena e mais algumas dezenas. É muito? É real? É sempre muito, qualquer morte que possa ser evitada é uma desgraça, seja em Moçambique, seja em qualquer outro país do mundo. Aí, assistimos a uma sobrecarga ainda maior nos, já de si, escassos serviços de saúde (um eufemismo), que não dão resposta a todas as necessidades da população, num país com altas taxas de pessoas infetadas com VIH, que dependem de antirretrovirais, ou que morrem por complicações causadas pela malária, a tuberculose, ou as doenças diarreicas...

Um país que, em muitos aspetos, tem muitas das características de um Estado falhado, onde os governantes e as administrações públicas não prestam os serviços mais básicos à sua população e as desigualdades e as dicotomias crescem. Entre homens e mulheres, entre mundo urbano e

⁴ Para um maior aprofundamento: Padilla, J. & Gullón, P. (2020): *Epidemocracia. Nadie está a salvo si no estamos todos a salvo*. Capitán Swing, Madrid.

⁵ Segundo o IV Recenseamento Geral da População e Habitação 2017, apenas 7% da população tinha usado internet nos 3 últimos meses. Desta, 78% proveniente de zonas urbanas, na sua maioria da Cidade de Maputo e Província de Maputo (48% do total). <https://bit.ly/39MVIwW> (consultado em 05/12/2020).

mundo rural. Entre Norte e Sul (um *Sul* em sentido figurado). Entre governantes e governados. Entre detentores (usurpadores?) e expropriados da terra. Entre tradição e modernidade (capitalista, consumista). Entre tantos mundos que convivem num mesmo país.

Então, que palavra marca Moçambique em 2020? Estaria tentado a dizer “pobreza”. Mas, essa é a mais absoluta “normalidade”, porque a normalidade aí, para a maioria da sua população, é a sobrevivência. Mas, não é totalmente verdade. Pode-se afirmar que a pandemia também teve o seu impacto no país e merece o seu destaque. Mais do que a nível da saúde das pessoas e da capacidade de resposta do sector, diria que impactou, sobretudo, a nível económico.

Num país com uma (ainda) elevada dependência das ajudas externas, que setores como os da saúde e educação necessitam para funcionar. Num país que vive em recessão há vários anos, agravada pelo *caso das dívidas ocultas*, ainda sem julgamento, que diminui a capacidade de investimento público, de gerar emprego ou prestar serviços públicos com qualidade. Num país onde o custo de vida tem vindo a aumentar drasticamente, devido à falta de produção própria, à dependência de produtos importados e à desvalorização da sua moeda. Num país onde, afinal, a insistência por um modelo económico baseado em megaprojetos mineiros, energéticos e de agronegócio, refém da agenda neoliberal, apenas serve os interesses do capitalismo financeiro internacional que é aqui onde mostra a sua verdadeira (e mais violenta) face: imperialista, colonialista, extrativista, opressor.

E que mais marca 2020 em Moçambique? Eu diria que tudo se resume a uma palavra. Uma palavra que custa pronunciar e que se evita. Uma palavra que justifica um aumento da coação sobre os meios de comunicação social no país, cada vez com menos possibilidades de realizar o seu trabalho com transparência e liberdade para informar a cidadania. Uma cidadania que vive com medo. Medo da doença, medo da morte, medo de falar, medo da guerra. Sim, essa palavra que custa pronunciar em Moçambique, ou quando nos referimos a Moçambique, é a palavra “guerra”.

Não, não falo dessa *guerra contra a pandemia*, como por aqui se diz de onde escrevo, onde se abusa de maneira *interessada* dos termos bélicos, às vezes com bandeiras em punho, sem a mais mínima noção e compaixão pelas pessoas do mundo que sabem o que é realmente a guerra e que dela procuram escapar com vida ou sobreviver dos seus traumas, diariamente.

Moçambique é um país que volta a estar em guerra. Na região centro, onde parece que as tréguas e os acordos de paz entre a RENAMO e a FRELIMO são meras promessas por cumprir, já que se continua a exercer violência sobre as populações, a atacar instalações da administração e serviços públicos, vias de transporte, com inúmeras vítimas que se vão acumulando, ano após ano.

Mas, guerra também, no seu sentido mais lato, na província de Cabo Delgado, na região norte do país. Guerra em que, mais uma vez, as principais vítimas são as mulheres e meninas. Escravizadas, violadas, despojadas dos seus direitos. Sim, uma guerra com data de início, 5 de Outubro de 2017, aquando do ataque de um grupo armado na vila de Mocímboa da Praia. Desde essa data, a este grupo chamaram-lhes de quase tudo: bandidos, insurgentes, radicais, terroristas, terroristas islâmicos. Al Shabaab, Al-Qaeda, Estado Islâmico. Estrangeiros, dizem. Há ligações comprovadas com diferentes redes terroristas internacionais e há registo da presença de combatentes das mais variadas proveniências. No entanto, os testemunhos da população que consegue escapar também nos dizem que estes grupos armados são formados, na sua maioria, por gente local, pelos seus próprios familiares e vizinhos. Jovens e menos jovens, de diferentes etnias, que se juntam, obrigados ou voluntariamente à *jihad*, com promessas de uma vida melhor e dinheiro que nunca antes tiveram. Mas, porquê?

Alguns académicos, jornalistas e especialistas em segurança sobre a crise de Cabo Delgado, limitam-se a levantar a ponta do véu, focando-se principalmente nos aspetos associados ao fundamentalismo islâmico desta “insurgência” armada, para legitimar a militarização da zona, um *modus operandi* tão frequente noutros cenários de exploração de recursos naturais e energéticos. Com o propósito anunciado de salvar vidas humanas e proteger os bens públicos. Mas, porventura também, para proteger os interesses privados das transnacionais que exploram estes mesmos recursos. Isto é, para proteger o *business* que não deixa de operar, mesmo que rodeado de morte e violência, o que justifica os avultados contratos com empresas privadas de segurança (mercenários). Algumas das suas teses afirmam que esta causa – o fundamentalismo islâmico – é, de alguma maneira, recente e forjada com elementos externos. Segundo Liazzat Bonate, “esses autores tendem a destacar a violência dentro das comunidades muçulmanas como um indicador do aumento do radicalismo, mas, historicamente, a violência acompanhou todos momentos de reforma no Islão local”.⁶

Talvez ninguém pudesse prever um conflito com esta dimensão, mas houve alguns avisos prévios que apontavam neste sentido. Nomeadamente, de líderes religiosos islâmicos que assinalavam, em declarações reproduzidas por Weimer, “o retorno de jovens treinados e radicalizados em escolas corânicas no Sudão e noutros países, com bolsas concedidas indirectamente pelos estados do Golfo, seguindo a tradição sunita *wahhabi*”.⁷ Uma “verdade até certo ponto”, segundo Bonate.⁸

Bernhard Weimer, no ensaio publicado a 26 de Novembro pelo IESE, e que merece uma leitura mais atenta noutro espaço⁹, explica que “a sequência de eventos desde Outubro de 2017 tornou claro até que ponto um movimento ou um braço islâmico militante tem vindo a criar raízes nas províncias de Cabo Delgado e Nampula nos últimos anos, tendo como alvo instituições governamentais, infra-estrutura estratégica e outros alvos «militares»”.¹⁰ Neste sentido, diz-nos que o “resultado de ambas as causas, a pobreza e a radicalização religiosa, é o surgimento de um movimento rebelde armado”.¹¹ De forma ainda mais incisiva, Bonate diz-nos que “depois de observar a situação em Cabo Delgado ao longo de 3 últimos anos, fica claro que as mudanças neoliberais e a violência do Estado e das instituições de segurança estiveram na base deste novo *jihād*”.¹²

Esta guerra, que não merece o devido destaque mediático, apesar da dimensão da tragédia, mesmo com pronunciamentos importantes, entre outros, da União Europeia, Nações Unidas e do Vaticano neste 2020 em que se agudizou o conflito, continua a parecer algo inexistente. Mais

⁶ Bonate, Liazzat J. K., in Intervenção na Mesa Redonda de ASA-EUA (African Studies Association-USA) acerca da crise em Cabo Delgado, 19 de Novembro de 2020. <https://bit.ly/2JTjMxM> (consultado em 03/12/2020)

⁷ Weimer, Bernhard (2020): *Vampiros, Jihadistas e Violência Estrutural em Moçambique. Reflexões sobre Manifestações Violentas de Descontentamento Local e as suas Implicações para a Construção da Paz*, p.41. <https://www.iese.ac.mz/vampiros-jihadistas-cadernos-iese-no-1/> (consultado em 04/12/2020).

⁸ No documento citado, Liazzat afirma que “o Salafi-Wahhabismo tem uma longa história em Moçambique. (...) No entanto, a ideologia Salafi-Wahhabi sozinha raramente produz um movimento jihadista ou catalisa o extremismo nos dias de hoje, já que muitos dos seus representantes defendem que os muçulmanos devem adaptar-se aos contextos sociopolíticos actuais.”

⁹ No prefácio deste ensaio, Bjørn Enge Bertelsen, autor de uma obra de referência para compreender as trajetórias da violência estrutural e a construção do Estado em Moçambique, “*Violent Becomings: State Formation, Sociality, and Power in Mozambique*” (2016), diz-nos que esta é “uma das poucas tentativas sistemáticas (...) de apresentar uma análise e exemplificação compostas do que se poderia chamar «a política do descontentamento» em Moçambique.” (Weimer, 2020, p.9.).

¹⁰ Weimer, idem, p.40.

¹¹ Ibidem, p.41.

¹² Bonate, idem.

uma entre as muitas tragédias deste mundo. Algo que não sabemos muito bem como chamar ou classificar, como se isso fosse necessário.

Numa guerra onde, nos últimos 3 anos, entre mil e 2 mil pessoas (há diferentes estimativas)¹³ foram mortas e meio milhão de pessoas foram forçadas a deslocar-se das suas casas, terras de cultivo e dos locais onde têm enterrados os seus antepassados, estando agora a viver em acampamentos ou em casas de familiares. A dezenas, centenas ou mais de mil quilómetros de distância. Numa guerra onde há outras duas palavras possíveis e que vão de mão dada demasiadas vezes: *catástrofe humanitária*.

Em Cabo Delgado, Moçambique, província onde se registaram os primeiros casos de pessoas infetadas com SARS-CoV-2 no país (trabalhadores de uma empresa de exploração de gás), a pandemia não foi a principal preocupação em 2020. Não foi sequer a pobreza, nem a malária, nem a desnutrição crónica, cujos indicadores são há muito tempo dos piores do país, um dos mais pobres do mundo. Não, a principal preocupação foi e é a guerra!

Uma guerra que deixa a província e o país numa situação de incerteza, de caos, que faz retroceder os poucos avanços conseguidos nos últimos 25 anos. E, pior ainda, porque não há uma ténue luz de esperança e paz, um *plano de vacinação* com data marcada. Cabo Delgado, Moçambique afinal de contas, necessita ajuda técnico-militar. Mas, acima de tudo, ajuda humanitária urgente e uma vontade política de construir coletivamente um projeto de bem-estar futuro e de desenvolvimento humano, sustentável e verdadeiramente inclusivo, assente no diálogo, no perdão e no respeito pelos direitos humanos e pela vida.

Em jeito de síntese, se mais provas faltassem, estes últimos meses, estes últimos anos, encarregam-se de demonstrar que estamos perante uma ofensiva neoliberal extremamente violenta, “que ataca os corpos, os territórios e as condições de produção do viver”, que ataca também a própria democracia e “dá um novo impulso aos processos de espoliação, mercantilização e militarização”, cujo resultado é “a ampliação do alcance do controle e domínio das elites detentoras do poder económico sobre a vida dos povos”.¹⁴ Há muito tempo, é precisamente o que nos alertam os movimentos feministas, como a Marcha Mundial das Mulheres¹⁵ e outros movimentos sociais que procuram construir alternativas para um mundo melhor, com os quais partilhamos reflexões e ações no projeto Territórios em Conflito.

* Vasco Coelho, 11 de dezembro de 2020.

¹³ <https://www.dw.com/pt-002/cabo-delgado-ong-regista-20-mortes-em-ataques-recentes/a-55320477>

¹⁴ Sempreviva Organização Feminista e Marcha Mundial das Mulheres (2017): *Desafios feministas para enfrentar o conflito do capital contra a vida – nós mulheres seguimos em luta!*, São Paulo, <http://www.sof.org.br/wp-content/uploads/2018/01/Portugue%CC%82s-web.pdf> (consultado em 05/12/2020).

¹⁵ A 5ª Ação Internacional da Marcha Mundial das Mulheres, com o lema “Resistimos para viver, marchamos para transformar” teve lugar de 12 a 17 de Outubro de 2020. A declaração de encerramento está disponível em: <https://youtu.be/reTg0H-c6Dg> e <https://marchemondiale.org/>